



IMPRENSA NACIONAL

Divisão de Atendimento e Gestão de Negócios

TERMO ADITIVO Nº 01/2025/DIANE/COGAR/CGPPP/DG/IN

Processo nº 00001.000927/2025-04

Unidade Gestora Descentralizadora: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) - UG 580003.**Unidade Gestora Descentralizada:** Imprensa Nacional (IN) - UG 110245.

**1º TERMO ADITIVO À DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA DE
CRÉDITO MPA Nº 01/2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI A
IMPRENSA NACIONAL E O MINISTÉRIO DA PESCA E
AQUICULTURA**

A Imprensa Nacional, neste ato representada por Afonso Oliveira de Almeida, Diretor-Geral, e o Ministério da Pesca e Aquicultura, neste ato representada por Rivetla Cruz, Secretário-Executivo e Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura - Substituto, doravante designados “partícipes”, resolvem, com base no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, e legislação correlata, celebrar o presente Termo, que reger-se-á de acordo com a forma descrita abaixo.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e ajuste nos cronogramas da Descentralização Externa de Crédito (DEC) MPA-IN nº 01/2025 (6733705).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÕES:

2.1. A alteração do prazo de vigência e o ajuste dos cronogramas da Descentralização Externa de Crédito em apreço dar-se-ão nos seguintes termos:

2.1.1. Cronograma Físico-Financeiro:

Onde se lê (na DEC MPA-IN nº 01/2025):

11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (R\$)	Início	Fim
1	Impressão de material gráfico com os devidos acabamentos e acondicionados em embalagens adequadas.	Variável de acordo com o tipo de impresso (informação a ser fornecida pela IN, oportunamente)	Variável de acordo com o tipo de impresso (informação a ser fornecida pela IN, oportunamente)	233.000,00	Na data da assinatura deste Plano de Trabalho.	31/12/2025

Leia-se:

11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (em R\$)	Início	Fim
1	Impressão de material gráfico com os devidos acabamentos e acondicionados em embalagens adequadas.	Variável de acordo com o tipo de impresso.	Variável de acordo com o tipo de impresso.	233.000,00	Na data da assinatura deste Plano de Trabalho.	31/12/2026

2.1.2. Cronograma de Desembolso:

Onde se lê (na DEC MPA-IN nº 01/2025):

12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR (TOTAL: R\$ 233.000,00)
Maio/2025	R\$ 133.000,00 (cento e trinta mil reais)
Junho/2025	R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Leia-se:

12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR (em R\$)
06/2025	84.000,00
01/2026	100.000,00
06/2026	49.000,00

2.1.3. Plano de Aplicação Consolidado:

Onde se lê (na DEC MPA-IN nº 01/2025):

13. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

Código da natureza de despesa	Custo Indireto	Valor Previsto
339030 339037 339039 339040	20%	R\$ 46.800,00
	80%	R\$ 187.200,00

Leia-se:

13. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

Código da natureza de despesa	Custo Indireto	Valor (em R\$)
339000 339030 339037 339039 339040	Não	187.200,00
	Sim	46.800,00

Observação: A Imprensa Nacional poderá vir a alterar internamente a Natureza de Despesa do destaque orçamentário recebido dentro das possibilidades previstas neste Plano de Aplicação Consolidado.

2.1.4. Vigência:

Onde se lê (na DEC MPA-IN nº 01/2025):

15. VIGÊNCIA

Da data da assinatura deste Plano de Trabalho até 31 de dezembro de 2025.

Leia-se:

15. VIGÊNCIA

Da data da assinatura deste Plano de Trabalho até 31 de dezembro de 2026.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas, integralmente, as demais cláusulas da DEC MPA-IN nº 01/2025 ora aditado, que não foram alteradas no todo ou em parte por este aditivo. A justificativa para aditamento da referida DEC, bem como o Plano de Trabalho atualizado, constam como anexos ao presente.

4. CLÁUSULA QUARTA – EFICÁCIA

4.1. O presente Termo terá eficácia a partir da data da publicação do extrato do Termo Aditivo no sítio eletrônico oficial das Unidades Descentralizadora e Descentralizada, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

E, por assim estarem de acordo, os representantes legais das partes firmam o presente Termo Aditivo.

Autoridade Descentralizadora

[assinado digitalmente]
RIVETLA CRUZ
Secretário-Executivo e Ministro de Estado (Substituto)
Ministério da Pesca e Aquicultura

Autoridade Descentralizada

[assinado digitalmente]
AFONSO ALMEIDA
Diretor-Geral
Imprensa Nacional

ANEXOS

Anexo 1: Justificativa

A formalização do presente Termo Aditivo à DEC MPA-IN nº 01/2025 justifica-se pela necessidade de alteração do prazo de vigência do instrumento e respectivos cronogramas. A pactuação inicial estimou em R\$ 233.000,00 o montante total de serviços gráficos a serem prestados no exercício 2025. Entretanto, as demandas do MPA, no ano, somaram pouco mais de R\$ 80.000,00. Isso significa que, no âmbito do instrumento em causa, haveria margem para, pelo menos, o mesmo montante em novas encomendas no exercício de 2026. Nesse sentido, automaticamente aventa-se a possibilidade de prorrogação de prazo do instrumento, de modo que o saldo possa ser utilizado no cumprimento do objeto no decorrer do novo exercício. Isso é condizente com a economicidade e a eficiência decorrentes da execução desse tipo de serviço pela Imprensa Nacional, órgão com competência legal e capacidade técnica para a atividade. A prorrogação da vigência até 31/12/2026 é igualmente necessária para assegurar a continuidade dos serviços, evitando descontinuidade operacional e garantindo o atendimento das necessidades institucionais durante o novo período. As alterações propostas encontram amparo nas normas aplicáveis à execução descentralizada de créditos, não implicando modificação do objeto nem alteração das condições essenciais do ajuste. Diante disso, resta plenamente justificada a celebração do termo aditivo, a fim de ajustar o prazo de vigência do instrumento às necessidades administrativas observadas no momento.

Anexo 2: Plano de Trabalho atualizado

PLANO DE TRABALHO Nº 2/2025/DG/IN/IN DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA DE CRÉDITO MPA-IN Nº 01/2025-2026 (DISPENSA DE TED)

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) NOME: MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA)

CNPJ: 49.381.076/0001-01

Nome da autoridade competente: Rivetla Cruz

Matrícula SIAPE: 1135204

Nomeação: Decreto do Presidente da República, de 17 de julho de 2024.

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto da Dispensa de TED: Coordenação de Logística (COLOG/MPA).

Telefone: (61) 3218-2228

Nome do responsável: Seila Lamounier

E-mail: colog@mpa.gov.br

b) UG/Gestão SIAFI

Número e nome da Unidade Gestora – UG/Gestão que descentralizará o crédito: 580003/00001 - Coordenação-Geral de Gestão e Administração (CGGA/MPA).

Telefone (setor orçamentário-financeiro): (61) 3276-4206

E-mail: cgofic@mpa.gov.br

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) IMPRENSA NACIONAL

CNPJ: 04.196.645/0001-00

Nome da autoridade competente: Afonso Almeida

Cargo: Diretor-Geral da Imprensa Nacional

Delegação: Portaria nº 681, de 31 de janeiro de 2023 e Portaria nº 2934, de 28 de setembro de 2023, ambas do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

Matrícula SIAPE: 2310890

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto da DEC: Coordenação de Gestão do Acervo e Relacionamento Externo (COGAR/CGPPP/DG/IN/CC/PR)

Telefone: (61) 3411-9558

E-mail: cogar@in.gov.br e diane_descentralizacao@in.gov.br

b) UG/Gestão SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 110245/00001 - Imprensa Nacional

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto da DEC: 110245/00001 - Imprensa Nacional

Telefone (setor orçamentário-financeiro): (61) 3411-9467 / 3411-9782

E-mail (setor orçamentário-financeiro): cofin@in.gov.br

3. OBJETO

Fornecimento de serviços/materiais gráficos de natureza institucional, de acordo com o portfólio de serviços e produtos da Imprensa Nacional.

4. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTÍCIPES:

4.1. São obrigações e competências da Unidade Descentralizadora:

- I. analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II. emitir certificado de disponibilidade orçamentária;
- III. analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- IV. disponibilizar a íntegra do Plano de Trabalho atualizado no sítio eletrônico oficial, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
- V. descentralizar os créditos orçamentários e financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;
- VI. observar as condições de realização de serviços gráficos relacionados no item 5 do Plano de Trabalho;
- VII. responsabilizar-se pelo conteúdo e inteiro teor do material encaminhado para impressão e/ou produção por parte da Unidade Descentralizada;
- VIII. aprovar as alterações no Plano de Trabalho;
- IX. solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;
- X. suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do Plano de Trabalho;
- XI. analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada; e
- XII. solicitar à Unidade Descentralizada que instaure tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível.

4.2. São obrigações e competências da Unidade Descentralizada:

- I. elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;
- II. apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;
- III. apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;
- IV. disponibilizar a íntegra do Plano de Trabalho atualizado no sítio eletrônico oficial, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;
- V. executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;
- VI. aprovar as alterações no Plano de Trabalho;
- VII. disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizada;
- VIII. encaminhar à Unidade Descentralizadora Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e o Relatório de Cumprimento do Objeto, ao final da vigência do instrumento;
- IX. zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;
- X. citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do Plano de Trabalho, quando couber;
- XI. devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados;

XII. instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora.

5. TERMOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS

I – A qualidade de impressão de peças gráficas será condizente com o original enviado pela Unidade Descentralizadora.

II – A Imprensa Nacional não se responsabiliza pelo conteúdo dos impressos, ficando isenta de questionamentos legais acerca deles.

III – A Imprensa Nacional não realiza as etapas de copidescagem, editoração/diagramação e revisão do material (conteúdo), cabendo-lhe somente a impressão do material.

IV – A Imprensa Nacional poderá fornecer provas da máquina digital para impressões dirigidas à impressão offset, resguardadas as limitações técnicas de tamanho máximo de impressão e padrões de cores que diferenciam os equipamentos, entre outros. Os custos relativos às provas serão incluídos no orçamento;

V – A Unidade Descentralizadora deverá encaminhar à Imprensa Nacional solicitações específicas dos serviços a serem executados, destacando: a) produto gráfico; b) finalidade do produto; c) especificações para a impressão; e d) tiragem.

VI – A Unidade Descentralizadora deverá fornecer à Imprensa Nacional a arte final do material a ser produzido, em arquivos eletrônicos em formatos compatíveis com as exigências da Unidade Descentralizada, quais sejam: a) arquivo eletrônico fechado no padrão PDF X/1a, com mínimo de 300 dpi de resolução; e b) arquivo eletrônico com devidas marcas de corte, dobra, lombada e sangria suficiente, quando necessário.

VII – A Unidade Descentralizadora deverá enviar à Imprensa Nacional, por intermédio do endereço eletrônico servicosgraficos@in.gov.br, a arte final do material a ser produzido, desde que os arquivos respectivos tenham tamanho compatível com as redes locais de informática das partes. Não sendo viável o envio eletrônico do material, a Unidade Descentralizadora deverá providenciar a entrega do arquivo eletrônico na sede da Imprensa Nacional, em mídia adequada à capacidade tecnológica da Unidade Descentralizada.

VIII – A Imprensa Nacional rejeitará arquivos que não estiverem dentro das especificações técnicas para impressão e informará à Unidade Descentralizadora sobre casos que demandem providências nesse sentido.

IX – A Unidade Descentralizadora deverá ratificar ou rejeitar em 3 (três) dias úteis, no máximo, Orçamentos ou Provas de Impressão enviadas pela Imprensa Nacional.

X – As Propostas de Orçamento são válidos por 30 (trinta) dias conforme enunciado no rodapé destes documentos. A política de preços da Imprensa Nacional inclui a possibilidade de reajustes durante a vigência do instrumento de contratação para adequação de valores, principalmente dos insumos utilizados.

XI – Orçamentos inclusos ou anexos previamente fornecidos pela Imprensa Nacional servem somente de base para a Unidade Descentralizadora compor seus cálculos de gastos com os serviços ofertados, e não se manterão obrigatoriamente durante a vigência deste instrumento.

XII – Os prazos fornecidos para a entrega de serviços nas respectivas Ordens de Serviço serão indicativos e poderão sofrer modificações conforme circunstâncias especiais. Tais prazos indicativos somente valerão a partir da validação dos arquivos analisados, pela Imprensa Nacional, e a devida entrada do serviço no equipamento de produção.

XIII – Após a emissão da Ordem de Serviço de Impressão e a consequente mobilização dos recursos necessários, em caso de desistência do trabalho pela descentralizadora, os custos envolvidos na execução dos trabalhos não serão devolvidos.

XVI – A autorização de impressão, por parte da Unidade Descentralizadora, poderá ser feita via meio eletrônico ou mediante assinatura da autoridade demandante do serviço na prova impressa.

XV – Em comum acordo com a Unidade Descentralizadora, a Imprensa Nacional poderá inserir crédito da impressão e/ou logomarca em peças gráficas produzidas. O crédito refere-se à identificação de onde o material foi impresso. Exemplo: “Esta obra foi impressa na Imprensa Nacional”.

XVI – A Imprensa Nacional não trabalha com logística de distribuição.

XVII – O material impresso será devidamente acondicionado no parque gráfico da Imprensa Nacional até a sua disponibilização à Unidade Descentralizadora.

XVIII – A coleta do material impresso deverá ser feita pela Unidade Descentralizadora na área de expedição da Imprensa Nacional em prazo definido conjuntamente entre as partes, após a conclusão dos serviços demandados.

XIX – A Imprensa Nacional não fornece Nota Fiscal. Denomina-se Nota de Execução de Serviços Gráficos (NESG) o documento emitido pela Imprensa Nacional que comprova a realização de serviço específico pactuado neste instrumento.

XX – No ato de coleta do material impresso, caberá à Unidade Descentralizadora conferir se as informações da Ordem de Serviço refletem o registrado na respectiva NESG.

XXI – A Unidade Descentralizadora deverá apresentar justificativa caso rejeite serviço ou produto realizado pela Unidade Descentralizada, a qual elaborará nota técnica sobre a ocorrência e adotará as medidas cabíveis a cada caso.

6. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS

Meta 1: Impressão de material gráfico de acordo com as especificações pactuadas, com os devidos acabamentos e embalagens adequadas ao transporte e acondicionamento.

Etapa 1: Recebimento, pela Unidade Descentralizada, de solicitação de proposta de preço de serviço gráfico.

Etapa 2: Disponibilização, pela Unidade Descentralizada, de proposta de preço válida por 30 dias.

Etapa 3: Recebimento, pela Unidade Descentralizada, da aprovação da proposta de preço e respectivos recursos financeiros.

Etapa 4: Produção dos serviços gráficos e emissão de Nota de Entrega de Serviços Gráficos (NESG) pela Unidade Descentralizada.

Etapa 5: Disponibilização, pela Unidade Descentralizada, do material produzido para coleta por parte da Unidade Descentralizadora, mediante assinatura da NESG.

7. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

A formalização deste instrumento justifica-se pela necessidade da Unidade Descentralizadora de atender às demandas de suas Unidades Administrativas vinculadas, garantindo o cumprimento de suas missões institucionais. Essas demandas estão diretamente relacionadas à implementação de políticas públicas, que envolvem a realização de ações, eventos, campanhas e outras iniciativas que requerem materiais impressos e serviços gráficos. Tais serviços são essenciais para a divulgação, registro e disseminação de informações e conhecimentos de interesse público. Além disso, parte dos produtos e serviços gráficos é utilizada em atividades técnico-administrativas que sustentam rotinas fundamentais das Unidades Administrativas da Unidade Descentralizadora. Nesse contexto, destaca-se o papel essencial da Imprensa Nacional, cuja atribuição precípua é a execução de trabalhos gráficos para órgãos e entidades da administração pública federal, conforme dispõe o Inciso II do artigo 38 do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023. Adicionalmente, a execução dos créditos orçamentários pela Imprensa Nacional fundamenta-se no Inciso II do artigo 3º do Decreto nº 10.426/2020, que prevê a realização de atividades específicas pela unidade descentralizada em benefício da unidade descentralizadora.

8. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- (X) Sim
() Não

9. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- (X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
(X) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
() Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

10. CUSTOS INDIRETOS

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- (X) Sim
() Não

Observação: a descentralização de créditos poderá ser destinada aos seguintes custos indiretos da Imprensa Nacional, até o limite de 20% do valor global pactuado: Apoio administrativo; Vigilância; Limpeza; Água; Energia; Serviços de comunicação de dados e telefonia; Manutenção predial; Copeiragem; Desenvolvimento, suporte e infraestrutura de TI; e Manutenção de equipamentos de apoio.

11. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (em R\$)	Início	Fim
1	Impressão de material gráfico com os devidos acabamentos e acondicionados em embalagens adequadas.	Variável de acordo com o tipo de impresso.	Variável de acordo com o tipo de impresso.	233.000,00	Na data da assinatura desse Plano de Trabalho.	31/12/2026

12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR (em R\$)
06/2025	84.000,00
01/2026	100.000,00
05/2026	49.000,00

13. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

Código da natureza da despesa	Custo indireto	Valor (em R\$)
-------------------------------	----------------	----------------

339000		Não	187.000,00
339030			
339037			
339039		Sim	46.000,00
339040			

Observação: A Imprensa Nacional poderá vir a alterar internamente a Natureza de Despesa do destaque orçamentário recebido dentro das possibilidades previstas neste Plano de Aplicação Consolidado.

Classificação Funcional Programática

Unidade Gestora / Gestão: 580003 / 00001

Plano Interno: ADMPA

Programa de Trabalho: 20.122.0032.2000.0001

PTRES: 236773

Plano Orçamentário: 0000

Fonte: 1000000000

14. VIGÊNCIA

Da data da assinatura deste Plano de Trabalho até 31 de dezembro de 2026.

15. VEDAÇÕES

Este Plano de Trabalho não envolve recursos orçamentário-financeiros, pagamentos ou despesas decorrentes de sentenças judiciais. Ademais, o objeto previsto não sofre fracionamento de descentralizações para a consecução de um único objeto.

16. PROPOSIÇÃO

Brasília, na data da assinatura.

[assinatura digital]

AFONSO ALMEIDA

Diretor-Geral

Imprensa Nacional

17. APROVAÇÃO

Brasília, na data da assinatura.

[assinatura digitalmente]

RIVETLA CRUZ

Secretário-Executivo e Ministro de Estado (Substituto)

Ministério da Pesca e Aquicultura



Documento assinado eletronicamente por Afonso Almeida, Diretor(a)-Geral, em 30/12/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por Rivetla Cruz, Usuário Externo, em 30/12/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7247130** e o código CRC **57B59A91** no site:
[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

IMPRENSA NACIONAL
Divisão de Atendimento e Gestão de Negócios

DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA DE CRÉDITO MPA-IN Nº 01/2025

TERMO ADITIVO 01

EXTRATO

Espécie: 1º Termo Aditivo à Descentralização Externa de Crédito (DEC) MPA-IN Nº 01/2025 (Dispensa de TED), Processo: 00001.000927/2025-04, UG/Gestão Descentralizadora: 580003 - Coordenação-Geral de Gestão e Administração, Ministério da Pesca e Aquicultura; UG/Gestão Descentralizada: 110245 - Imprensa Nacional. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência, de acordo com a Seção VII do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. Início da Vigência: 04/06/2025 e Fim da Vigência: 31/12/2026. Signatários: Rivetla Cruz (Ministro de Estado, Substituto, e Secretário-Executivo do Ministério da Pesca e Aquicultura) e Afonso Almeida (Diretor-Geral da Imprensa Nacional).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Brito, Coordenador(a)**, em 30/12/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7247838** e o código CRC **0541E3C6** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)